

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Projetos de Lei



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº 001/2025

Assunto: Veto Total ao Autógrafo de Lei nº 011/2025.

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ruy Barbosa,
Ilustríssimos Senhores Vereadores e Vereadoras",

Comunico a Vossa Excelência e a esta Egrégia Casa Legislativa que, no uso das atribuições que me confere o artigo 65, §1º, da Lei Orgânica do Município, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Autógrafo de Lei nº 011/2025, aprovado em Sessão de 23 de outubro de 2025, que autoriza o Poder Executivo a conceder aumento salarial de 20% (vinte por cento) aos servidores públicos do quadro permanente, extensivo aos inativos e pensionistas, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2025.

A presente decisão, embora difícil do ponto de vista do anseio dos nossos valorosos servidores, é um ato de imperiosa responsabilidade fiscal, jurídica e administrativa, fundamentado na manifesta e insanável inconstitucionalidade e ilegalidade da proposição, conforme passo a expor.

I. DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL: VIOLAÇÃO FRONTAL À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O vício mais flagrante e insuperável do projeto reside na sua origem: a completa e deliberada ausência da **Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF)**, exigência inafastável para qualquer ato que resulte em aumento de despesa de caráter continuado.

A Constituição Federal, em seu artigo 169, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), em seus artigos 16, 17 e 21, formam um sistema de proteção às finanças públicas que foi frontalmente ignorado. A LRF é clara ao determinar que a criação de despesa obrigatória de caráter continuado, como é o caso de um reajuste salarial, deve ser instruída com:

1. **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16, I, LRF).
2. **Demonstração da origem dos recursos para seu custeio** (art. 16, II, LRF).
3. **Comprovação de que o aumento não afetará as metas de resultados fiscais e que seus efeitos financeiros serão compensados** (art. 17, LRF).

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

1

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

O projeto de lei em questão, de autoria do então Prefeito Interino, Sr. Ney Marques Dias, foi enviado a esta Casa em 26 de maio de 2025 desacompanhado de qualquer análise técnica, estudo ou planilha que demonstrasse sua compatibilidade com o orçamento municipal. Trata-se de um ato de manifesta irresponsabilidade fiscal, que propõe um aumento de despesa de potencial impacto bilionário ao longo dos anos, sem a mínima demonstração de como o Município arcaria com tal ônus.

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** possui jurisprudência pacífica e consolidada no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis que concedem aumento a servidores sem o devido estudo de impacto orçamentário-financeiro, por violação direta ao art. 169 da CF/88 e à LRF. A ausência do EIOF não é mera irregularidade, **mas sim um vício de inconstitucionalidade formal insanável.**

STF — Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5377

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE CONCEDE REAJUSTE REMUNERATÓRIO A SERVIDORES PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 169, § 1º, I E II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES.

1. É inconstitucional, por vício formal, a lei que concede reajuste remuneratório a servidores públicos sem a prévia dotação orçamentária e a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como sem o estudo de seu impacto financeiro. Afronta ao art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

2. A exigência de prévia dotação orçamentária e de estudo de impacto financeiro visa a garantir a responsabilidade na gestão fiscal, evitando que o Poder Público assuma obrigações financeiras que não possa cumprir, em detrimento do equilíbrio das contas públicas e da própria continuidade dos serviços essenciais.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Adicionalmente, a tentativa desta gestão em sanar o vício, por meio de e-mail enviado em 15/10/2025 pela Secretaria de Finanças à Câmara Municipal, solicitando a devolução do projeto para a devida análise de impacto, foi ignorada. A insistência desta Casa em aprovar um projeto manifestamente ilegal, mesmo após ser alertada pela atual gestão, agrava a situação e demonstra um descaso com a saúde financeira do Município.

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

2

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

II. DA ILEGALIDADE E DA AFRONTA AOS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS

A aprovação do projeto contraria não apenas a legislação federal, mas também o entendimento consolidado dos órgãos de controle e do Poder Judiciário baiano.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), em sua função de controle externo, na análise de contas, tem sido rigoroso na rejeição de gestões que desrespeitam a Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que tange à criação de despesas sem o devido planejamento. A sanção de uma lei como esta resultaria, com quase absoluta certeza, na futura rejeição das contas desta gestão, pois a criação de despesa obrigatória de caráter continuado, como aumentos salariais, sem a elaboração da respectiva Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF), conforme exigido pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui **irregularidade grave e insanável**. Tal omissão impede a verificação do equilíbrio das contas públicas e do cumprimento das metas fiscais, ensejando a emissão de Parecer Prévio pela Rejeição das Contas do Gestor, com aplicação de multas e outras sanções, por violação direta aos princípios da legalidade, do planejamento e da gestão fiscal responsável.

Recentemente, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), em decisão emblemática, suspendeu provisoriamente a Lei Municipal nº 4.247/2024, do Município de Feira de Santana, que também tratava de reajuste salarial, por vislumbrar violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal precedente demonstra que o Poder Judiciário baiano está atento e não hesitará em suspender a eficácia de leis que, embora populares, representem um risco à estabilidade fiscal dos municípios.

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) segue a mesma linha do STF, aplicando o entendimento ao âmbito municipal e suspendendo leis com vícios semelhantes,

TJBA — Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8024529-55.2024.8.05.0000

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.247/2024 DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA. REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO. VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000) E AO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESENÇA DO *FUMUS BONI IURIS* E DO *PERICULUM IN MORA*. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

1. A concessão de reajuste salarial a servidores públicos, por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, submete-se às rigorosas

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

3

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente a apresentação de prévio estudo de impacto orçamentário-financeiro.

2. A ausência de tal estudo configura vício insanável e atenta contra a gestão fiscal responsável, justificando a suspensão cautelar da norma para evitar grave lesão às finanças do município.

3. Presentes os requisitos da plausibilidade do direito invocado e do perigo da demora, defere-se a medida cautelar para suspender a eficácia da lei municipal impugnada até o julgamento final da ação.

III. DAS CONSEQUÊNCIAS DA SANÇÃO E DA TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Sancionar o presente projeto de lei não seria apenas um ato de má gestão; seria compactuar com uma ilegalidade manifesta, atraindo para a atual gestora a responsabilidade por um ato viciado em sua origem. A sanção de uma despesa sem o devido amparo legal e orçamentário configuraria, para a gestão atual, a prática de ato de improbidade administrativa.

Contudo, a responsabilidade não se limita a quem sanciona. A cadeia de atos que culminou na aprovação deste projeto ilegal enseja a responsabilização de todos os agentes públicos que, por ação ou omissão, contribuíram para o ilícito.

3.1. Do Ex-Prefeito Interino (Sr. Ney Marques Dias): Ao propor um projeto de lei dê tamanho impacto financeiro, ao final de uma gestão interina e sem o indispensável estudo de impacto, o ex-gestor praticou, em tese, as seguintes infrações:

- **Ato de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário** (Art. 10, caput e inciso IX, da Lei nº 8.429/92): Ao ordenar ou permitir a realização de despesa não autorizada em lei ou regulamento, agindo com dolo de promover um aumento sem observar as normas cogentes da LRF.

- **Crime de Responsabilidade** (Art. 1º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/67): Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei.

- **Infração à Lei de Responsabilidade Fiscal** (Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000): Ordenar despesa não autorizada por lei, o que inclui aquela desprovida do necessário estudo de impacto.

3.2. Do Presidente e dos Vereadores da Câmara Municipal: Ao pautar, deliberar e aprovar um projeto de lei manifestamente inconstitucional e ilegal, mesmo após o

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

4

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

alerta da atual gestão, os parlamentares que votaram favoravelmente podem ser responsabilizados por:

- **Ato de Improbidade Administrativa** (Art. 10, caput, da Lei nº 8.429/92): Por concorrerem, com seu voto doloso, para a prática de ato que causa lesão ao erário.

O dolo se configura na vontade livre e consciente de aprovar uma norma sabidamente contrária à Constituição e à LRF, ignorando o dever de fiscalização e legalidade.

3.3. Dos Membros das Comissões Permanentes (Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento): As comissões técnicas têm o dever funcional de analisar a constitucionalidade, legalidade e adequação orçamentária dos projetos. Ao emitirem pareceres favoráveis a uma proposição que flagrantemente viola a LRF, seus membros podem responder por:

- **Ato de Improbidade Administrativa** (Art. 10, caput, da Lei nº 8.429/92): Por concorrerem para a prática do ato lesivo, ao falharem dolosamente em seu dever de controle prévio de legalidade. A emissão de um parecer técnico favorável a um projeto desprovido do requisito mais basilar de responsabilidade fiscal não pode ser vista como mero erro, mas como uma conduta dolosa que viabilizou a tramitação da ilegalidade.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, diante da manifesta e insanável inconstitucionalidade e ilegalidade do Autógrafo de Lei nº 011/2025, por violação direta ao art. 169 da Constituição Federal e aos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e em nome da responsabilidade com o futuro financeiro de Ruy Barbosa, **VETO TOTALMENTE** a referida proposição.

Devolvo, assim, a matéria ao reexame dessa Colenda Casa Legislativa, na certeza de que os nobres Edis, cientes da gravidade dos vícios apontados, compreenderão a necessidade e a justeza desta decisão.

Ruy Barbosa/BA, 11 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

ERIDAN MARTINS DE ARAÚJO DOURADO
Prefeita Municipal de Ruy Barbosa.

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

5

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

10/11/2025, 11:22

Itens Enviados - Financeiro PMRB - Outlook


 Outlook

SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE PROJETO DE LEI

De Financeiro PMRB <financeiropmr@outlook.com>

Data Qua, 15/10/2025 09:44

Para Camaramunicipalruybarbosa@hotmail.com <Camaramunicipalruybarbosa@hotmail.com>

 1 anexo (285 KB)

Ofício Câmara - Projeto 011-2025.pdf;

Senhor Presidente:

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência, ofício solicitando devolução de Projeto de Lei.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração e apreço.

Eduardo Mota de Macedo
Sec. de Administração



Não contém vírus.www.avg.com

<https://outlook.live.com/mail/0/sentItems/id/AQQKADAwATMwMAExLTk2OTEIN2E5MS0wMAIIMDAKABAApfzCR6JPY0G5jvUgY7zika%3D%3D>

1/1



Digitalizado com CamScanner

Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE RUY BARBOSA

OFICIO nº - 148/2025

O Município de RUY BARBOSA, vem com a devida vênia, requerer a Vossa Excelência a devolução do Projeto de Lei 011/2025, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal de Ruy Barbosa a conceder aumento salarial aos funcionários do quadro permanente do município de Ruy Barbosa e dá outras providências", dada a necessidade de se avaliar o impacto financeiro sobre as finanças municipais.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração e apreço.

ERIDAN MARTINS DE ARAUJO Assinado de forma digital por ERIDAN MARTINS
DE ARAUJO DOURADO:14106353504
DADOS: 2025.10.15 09:40:50 -03'00'

Eridan Martins de Araujo Dourado

Prefeita

Digitalizado com CamScanner

Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
1EEE65451908B84AD7F39C7401B22578